RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

PF encontra armas de grosso calibre, Rolex e itens de luxo em investigação sobre venda de sentenças no TJMT

Operação

Redação

A Polícia Federal apreendeu uma arma de grosso calibre, diversas outras armas de fogo, um relógio Rolex e canetas de luxo durante uma operação deflagrada nesta segunda-feira (8) para investigar um suposto esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). A ação também apura possíveis crimes de corrupção, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro.

Entre os alvos da operação estão o deputado estadual Faissal Calil, o desembargador afastado Dirceu dos Santos e outras 12 pessoas apontadas como integrantes ou beneficiárias do esquema investigado. Além das apreensões, a PF cumpre mandados de busca e apreensão, buscas pessoais e medidas de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático dos investigados.

As investigações apontam suspeitas de negociação de decisões judiciais dentro da estrutura do Judiciário mato-grossense. O caso lança novos holofotes sobre os bastidores do poder em Mato Grosso e levanta suspeitas de influência indevida sobre decisões judiciais.

Faissal Calil atuou no gabinete de Dirceu dos Santos entre 2017 e 2018, antes de assumir mandato na Assembleia Legislativa. A relação entre os dois voltou ao centro das apurações com o avanço das diligências da Polícia Federal.

Dirceu dos Santos está afastado do cargo desde março por determinação do Conselho Nacional de Justiça, sob suspeita de obtenção de vantagens indevidas e favorecimento em decisões judiciais. Segundo as investigações, o patrimônio atribuído ao magistrado supera R$ 16 milhões, valor considerado incompatível com os rendimentos da carreira.

Entre os bens analisados pelos investigadores está um apartamento avaliado em cerca de R$ 1 milhão, localizado em área nobre de Cuiabá. Conforme a apuração, o imóvel teria sido adquirido por meio de permuta realizada em conjunto com o deputado Faissal Calil. O apartamento, entretanto, não constaria na declaração de bens apresentada pelo parlamentar à Justiça Eleitoral.

De acordo com a Polícia Federal, os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção passiva, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro, conforme o grau de participação de cada um. As investigações seguem em andamento.